

O que fabrica o historiador quando faz história, hoje?

Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI)

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.148933>

Temístocles Cezar

🏠 Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre, RS, Brasil

✉ t.cezar@ufrgs.br

RESUMO

O problema geral deste ensaio é o de continuar perseguindo as apropriações historiográficas do tempo pelos antigos e modernos, tema que já venho tratando em pesquisas anteriores. Mais especificamente, pretendo realizar uma genealogia conceitual do topos popularizado por Cícero de que a história é mestra da vida: *historia magistra vitae*. A longa duração é necessária como condição à análise das diferentes recepções, percepções e retratações que a formulação adquiriu até chegar ao nosso presente. Nessa longa travessia procurarei mapear situações em que a *historia magistra vitae* converte-se nas figuras gêmeas da autoridade e da tradição e, finalmente, em crença. Essas duas figurações quando aliadas a indeterminações historiográficas do tempo e suas formas discursivas têm a capacidade de produzir explicações para o movimento histórico do passado e do presente, uma movimentação normalmente silenciosa, cujos efeitos geram maneiras distintas de entendimento da experiência do tempo vivido.

PALAVRAS-CHAVE

Teoria da História,
História da
Historiografia,
Escrita da História,
Historia Magistra Vitae, crença

**WHAT DOES THE HISTORIAN CRAFT WHEN HE WRITES HISTORY TODAY?
ESSAY ON THE BELIEF OF HISTORY (BRAZIL 19TH - 21ST CENTURIES)**

ABSTRACT

The general problem of this essay is to keep pursuing the historiographical appropriations of time by the ancients and the moderns, an issue I have been dealing with since previous researches. Specifically, I intend to develop a conceptual genealogy of the literary motif made popular by Cicero, that History is the master of life: *historia magistra vitae*. This long-term analysis is necessary as a condition to perceive the different receptions, perceptions and retractions that this constitution acquired until it reached our times. In this long crossing, I aim at mapping situations in which *historia magistra vitae* converts itself in the twin images of authority and tradition and, finally, in belief. These two images, when allied to historical determinations of time and its discursive shapes, have the ability to produce explanations to the historical movement of past and present, a typically silent movement, whose effects create distinct means of understanding of the experience of lived time.

KEYWORDS

Theory of History, History of Historiography, Writing History, *Historia Magistra Vitae*, Belief

Para Ondina Fachel Leal

*The time is out of joint.
Hamlet, I, 5¹*

O QUE FABRICA O HISTORIADOR QUANDO “FAZ HISTÓRIA”?

Com essa pergunta Michel de Certeau abriu, em 1974, seu famoso artigo *A operação histórica* (Certeau, 1974), cuja versão ampliada aparece no ano seguinte, em *A escrita da história*. O título ligeiramente modificado sinaliza uma mudança de perspectiva: não mais operação histórica, mas historiográfica, o que nos conduz de maneira sensível e incisiva para a reflexão sobre o ofício do historiador (Certeau, 1975: 63-130).

O objetivo deste ensaio, que faz parte de uma pesquisa mais ampla e em andamento, é o de recolocar a questão ao nosso presente, ou seja: *O que fabrica o historiador quando “faz história”, hoje?*² Especificamente, como atua o historiador em um tempo no qual ele não detém mais o monopólio explicativo acerca do passado e muito menos do presente? Como a historiografia progressa, a história pensada como mestra da vida – *historia magistra vitae* – o atinge? A “antropologia da crença”, tema central na vida e obra de Certeau (Certeau, 1987a), nos remete a outra consideração: por que acreditamos, se é que acreditamos, no historiador e na história, mergulhados como estaríamos em um regime de historicidade marcado pelo presente ou *presentista*, no qual o passado parece mais memória do que história (Hartog, 2003 e 2013)?

A longa duração aqui proposta é necessária como condição à análise das dife-

1 “Nosso tempo está desnordeado”. Tradução de Millôr Fernandes.

2 Este ensaio faz parte de um projeto mais amplo, intitulado *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre uma crença, desenvolvido na UFRGS, com apoio do CNPq, e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, como estágio sênior em 2017 e 2018, sob a supervisão de François Hartog, com apoio da CAPES. Todas as traduções deste artigo são de minha autoria, exceto quando indicado o contrário.

rentes recepções, percepções e retratações que a formulação da *história mestra da vida* adquiriu até chegar à nossa contemporaneidade. Isto é, como a fisionomia dos conceitos operatórios do tempo modificaram-se em decorrências de suas múltiplas pretensões, entre as quais a científica, até o seu suposto declínio, que a teria convertido em um significante vazio ou ofuscado desde meados do século XIX.

Nessa travessia procurarei mapear situações em que a *historia magistra vitae* converte-se nas figuras gêmeas da tradição e da autoridade e, finalmente, em crença. Tradição e autoridade são responsáveis, quando pensadas como porta-vozes heurísticos ou recursos pedagógicos, pelo estabelecimento de sentidos e ausências de sentido que muitas vezes passam por explicações convincentes. Mais do que afirmar seu contrário, um suposto lado melhor e mais verdadeiro, o que busco compreender através da história da historiografia e de suas relações com outros campos de saber, entre os quais a antropologia (Lenclud, 2013: 25-68), são as formas de sua constituição como condição histórica. Para tentar iniciar esse debate procurei, em outro trabalho, por meio do estudo da tratadística antiga e moderna, analisar os principais dispositivos que orientavam a escrita da história oitocentista e, em consequência, seus processos de construção teórica e metodológica, que lhe garantiram consistência suficiente para viajar no tempo e ser apreendida política e historiograficamente por gerações sucessivas (Cezar, 2011).

Nesse sentido, independentemente do uso que se faça dos antigos e em certa medida dos modernos, uma propriedade, cuja recepção pode ser positiva ou negativa, lhes é atribuída: a de *autoridade*. Assim, diferente do estudo seminal de Hannah Arendt, que se propunha “a reconsiderar o que a autoridade foi historicamente e as fontes de sua força e significação” (Arendt, 2007: 127)³, meu propósito é tanto mais modesto quanto distinto: não estudar a autoridade a partir dos antigos ou dos modernos, ou neles, nem buscar sua origem, mas, de modo mais limitado, analisar como os antigos e os modernos foram erigidos pela cultura historiográfica brasileira em figuras de autoridade. Como se tornaram objetos e referências textuais (Leclerc, 1996; Calame e Chartier, 2004; Clifford, 2002)? Como as noções de *auctoritas* e *auctor* convergem para uma nova configuração intelectual que atenderá pelo nome de ciência, onde a primeira será preservada e mesmo reforçada, e a segunda tenderá a ser obliterada?

Por outro lado, se a autoridade é o outro nome da tradição, como sugere François Hartog, torna-se necessário relacioná-la à questão do tempo, posto que ambas as categorias estão em perpétua negociação com a transmissão geracional de sentidos (Hartog, 2004).⁴ Por fim, é preciso reconhecer um segundo – o primeiro seria o tempo – e poderoso instrumento produtor de autoridade: a própria escrita: “uma autoridade só existe plenamente se for reconhecida. Isto provém de uma norma inscrita em um contexto estético e social e de um trabalho de crítica interna, de ordem filológica. Uma e outra convergem para

3 Sobre a autoridade, ver também Kojève, (2004) Mendel, (2003) Reveault d'Allones (2006) e o Dossiê “Faires l'autorité”, *Esprit*, mar. 2005. Para uma perspectiva diferente, menos histórica e mais sociológica, ver Sennett (1993).

4 Sobre o mesmo tema, ver Ricœur (1985: 318-332) e Arendt (2007: 130). Para uma perspectiva mais voltada para a antiguidade, ver Marincola (1997: 3-18).

formar uma cultura, ou regimes de autoridade, que não resulta de uma simples transmissão, mas se funda sobre o reconhecimento que lhe confere a construção de modelos” (Payen, 2007: 20-21). A historiografia, que deve sua existência à articulação entre tradição, tempo e escrita é um desses modelos (Certeau, 1975; White, 1973; Lenclud, 1994).

Essas duas figurações, quando aliadas a indeterminações historiográficas do tempo e suas formas discursivas, têm a capacidade de produzir explicações para o movimento histórico do passado e do presente, uma movimentação normalmente silenciosa, cujos efeitos geram maneiras diversas de entendimento da experiência do tempo vivido. Partindo dessas considerações, proponho como estudo de caso o problema da história da nação.

A NAÇÃO ONTEM E HOJE

A produção intelectual no Brasil das primeiras décadas do século XIX foi marcada pela progressiva historicização das noções de nação, de história e de literatura como efeito de uma experiência da aceleração do tempo, que, por sua vez, refletia e apontava para um processo mais geral de articulação e acomodação conceitual que ocorria em outros países, tanto europeus quanto latino-americanos (Araújo, 2008; Palti, 2002). A concepção de nação vigente no período articular-se-ia a uma noção específica de temporalidade como qualidade intrínseca e imanente à realidade. Atriz principal ou coadjuvante de uma peça romântica, às vezes burlesca, às vezes trágica, adaptada às circunstâncias locais, a nação despontaria como categoria de reflexão privilegiada para a apreensão dessa historicidade nas suas manifestações mais evidentes e singulares. Esse conjunto de transformações gravita em torno do que Reinhart Koselleck designou como a “experiência da história” na modernidade, cujo alcance excederia o território epistemológico para condicionar, de um modo mais dilatado e perceptível, todas as formas de elaboração do passado (Koselleck, 1990: 9-16).

O nexos entre nação e história parecia, desse modo, indissolúvel e indiscutível. No entanto, de um ponto de vista global, as relações entre as noções de história e de nação não foram homogêneas nem tampouco simétricas. No caso do Brasil, embora exista certo consenso entre os historiadores de que “nos anos que se seguiram à independência, e durante todo o século XIX, uma construção historiográfica foi adquirindo consistência” tendo por objetivo “conferir ao Estado imperial que se consolidava em meio a resistências uma base de sustentação no constituído de tradições e de uma visão organizada do que seria o seu passado” (Jancsó e Pimenta, 2000: 132-133), há ainda uma grande desproporção entre os estudos sobre a emergência do Estado e da nação enquanto instituições políticas, econômicas e culturais e as pesquisas sobre a constituição do conceito

de história e sua relação com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia e a sociologia.

O que as pesquisas mais recentes parecem demonstrar é que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838 com o objetivo de normatizar a produção historiográfica no Brasil, e a escrita da história no século XIX, não eram apenas, nem principalmente, uma fábrica de ideologias (Rodrigues, 1969: 37).⁵ Um olhar mais detido sobre o processo de formação do discurso histórico moderno revela movimentos intencionais e não-intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual. Esse movimento em direção a padrões modernos de autonomia não é capaz de esgotar a diversidade da vida intelectual oitocentista, mas certamente foi um traço estruturante da maior relevância, cujos efeitos fizeram-se sentir nas décadas seguintes (Araújo, 2015; Araújo e Cezar, 2018).

Em síntese, podemos afirmar que a história nacional do Brasil foi erigida sob o manto monárquico e que dele temos dificuldade de nos afastarmos, como se a Nação e seu acólito estrutural, o Estado, organizassem todo o regime de possibilidades disponíveis – sejam elas historiográficas e/ou antropológicas – à representação da história. O que estou tentando entender, e que não passa ainda de uma hipótese de pesquisa em pleno desenvolvimento e maturação, é que descontinuidades inauditas correspondem à fixação de temas, perspectivas, cronologias, fontes, maneiras de olhar para o passado, que se constituem (muitas vezes à nossa revelia) na visão unificadora e simplificadora de que temos um passado em comum.

Em outras palavras, o que estou procurando investigar e demonstrar é que nem toda a história proveniente do século XIX se resume ou fundamenta exclusivamente na história da nação. Um sem-número de projetos, ideias, ações, são dissimulados ou obscurecidos pela grandiosidade e sombra da Nação. Movimentos culturais, intelectuais, políticos, cotidianos etc., forças que simplesmente desconhecemos, e que formam uma história viva abortada, em última instância, pela historiografia, aqui entendida segundo a definição de Michel de Certeau: “A historiografia (i.e. ‘história’ e ‘escrita’) porta inscrita em seu próprio nome o paradoxo – e quase oxímoro – da relação de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem por tarefa articulá-los e, lá onde esta vinculação não é pensável, de fazê-la *como se* as articulasse” (Certeau, 1975: 5).

Não estou afirmando simplesmente que escrever a história é também apagá-la, mas que uma metafísica da existência corrompe constantemente a certeza metódica, a crença na objetivação histórica que atende igualmente pelo nome de Verdade. Se “o historiador parte de determinações presentes” e “a atualidade é seu começo real”, como afirma Certeau (Certeau, 1975: 18)⁶, então qual nação, construída e veiculada de inúmeras maneiras desde o século XIX, explica,

5 Isso não significa que a experiência historiográfica do século XVIII não tenha sido relevante, ao contrário, ela foi inclusive assumida como “certa herança” pela primeira geração do IHGB (Kantor, 2004: 249).

6 A segunda parte da coletânea de artigos que compõem a obra póstuma *La Faiblesse de croire*, de Michel de Certeau, é justamente intitulada *Prendre les risques du présent* (Correr os riscos do presente).

justifica, normatiza a compreensão de sua própria historicidade bem como de sua visibilidade retórica no presente?

MONARQUIA E MONARCA

Uma imagem comum associada ao Brasil do século XIX, válida ainda hoje, é a da monarquia estável tendo de se administrar ou tendo de sobreviver entre repúblicas turbulentas e corruptas. João Paulo Pimenta, em obra publicada em 2015, desconstrói com refinamento teórico e requintes documentais os primórdios dessa representação ao mesmo tempo limitada e positivada:

as transformações políticas em curso na América espanhola durante a crise e dissolução do Antigo Regime constituíram um espaço de experiência para o universo político luso-americano, em grande medida responsável pelas condições gerais de projeção e consecução de horizontes de expectativa na América portuguesa, dos quais resultou um Brasil independente de Portugal, nacional, soberano, monárquico e escravista (Pimenta, 2015: 31).

Ao situar o Brasil em um contexto fenomenológico mais amplo, Pimenta destitui a excentricidade como valência prática e confere à experiência, como conhecimento e vivência de uma realidade, um paradoxal e complexo parentesco com a antiga fórmula da *historia magistra vitae* e com a novíssima percepção da aceleração do tempo histórico.

Os acontecimentos resumidos a seguir podem auxiliar na compreensão dessa análise. País autônomo desde sua independência política em 1822, o Brasil passou por turbulências como a abdicação de seu primeiro imperador em 1831, por sucessivas quedas de gabinetes, por movimentos separatistas na Bahia, Pará, Maranhão e no Rio Grande do Sul, cujo término ocorre apenas em 1845. Além disso, assistiu à antecipação da maioria de Pedro II, golpe parlamentar impetrado em 1840 que o entroniza com 14 anos, como uma das consequências da tentativa de conter os excessos liberatórios do Ato Adicional de 1834, que se transformara, no dizer de um dos seus próprios artífices, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em um “código da anarquia” a embalar o “carro da Revolução” e cuja revisão tornara-se imprescindível. De fato, ela ocorre mesmo antes da posse do menino na “Lei interpretativa de 12 de maio de 1840”. Interpretação da Lei ou ausência de um direito positivo não soa um pouco familiar aos nossos ouvidos calejados de maresias jurídico-políticas?

Governo, trabalho, desordem: eis os mundos constitutivos do Império do Brasil. “Mundos – segundo Ilmar Mattos – que se tangenciavam, por vezes se interpene-travam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas frontei-

ras, mesmo que os componentes da ‘boa sociedade’ fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse” (Mattos, 2004: 123). Esses três princípios organizadores pautaram o que José Bonifácio definiu como a necessidade imperativa de “formar em poucas gerações uma Nação homogênea” e um Estado nacional que lhes garantisse a identidade e a funcionalidade, cujas bases não estariam, para ele, no passado, pois sua “crença na existência de leis e de causas históricas e uma compreensão geral da história da humanidade como progresso” o empurravam, de acordo com Valdeci Lopes de Araújo, para uma perspectiva moderna (Araújo, 2008: 78-79; Sousa, 1944: 42). Para Bonifácio, o passado e o presente ainda estavam “incomodamente próximos”. Um gesto de separação impunha-se. Nessa fissura política e epistemológica, os historiadores adquirem relevância como cirurgiões que fracionam a história em tempos distintos, neste caso, entre passado colonial e presente monárquico. À geração de Varnhagen – Nabuco de Araújo, Saraiva, Zacarias, Cotegipe, Paraná, Rio Branco, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, João Francisco Lisboa, Vitor Meireles, entre outros – herdeira do legado dos fundadores do Império do Brasil – Bonifácio, D. Pedro I, Vasconcelos, Evaristo, Feijó e alguns mais – coube dar forma a estes mundos e empenhar-se em sua conservação.

Geração, tempo político, tempo histórico – o *Tempo Saquarema*, por exemplo –, parada no tempo, recuos, estabilidade, manutenção de estruturas econômicas, histórias da nação, literatura nacional, geografia brasileira, são todas dimensões temporais que se condensaram no corpo político representado pelo monarca. A trajetória de Pedro II é por demais conhecida. Retraço um perfil breve. Segundo li em várias de suas biografias, ele parece ter tido uma infância triste e solitária, com muito estudo e pouca diversão. Imperador jovem, dizem que manifestou algumas vezes que preferia ter se consagrado “às letras e às ciências”, chegando mesmo a afirmar em seu *Diário*, em um momento de aparente delírio, que “se não fosse imperador, gostaria de ser professor” (Lyra, 1977: 94-104; Calmon, 1975: 498; Schwarcz, 1998: 151; Carvalho, 2007: 77). O fato é que essas pretensões ficaram em segundo plano, pois, como é notório, Pedro II preferiu, como boa parte da humanidade, nobre ou plebeia, um cargo estável de chefe no qual se manteve por meio século. Um bom emprego, afinal de contas. Isso não significa que problemas institucionais e aborrecimentos pessoais jamais o tenham atingido. Afinal, não passava de um homem. Não obstante, reinou quase absoluto sobre uma das condições mais ultrajantes que a miséria humana pode atingir: a escravidão. Apesar de se reconhecer contrário a essa famigerada insigne da barbárie, ele mesmo admitiu que, embora desejasse a extinção do trabalho escravo, “achava que toda prudência era pouca nesse assunto e, estivesse no país em maio de 1888, não teria sido assinada a *lei áurea*” (Holanda, 2010: 142).

Além disso, considerando a aura de rei-cidadão que Pedro II reivindicava, as limitações impostas pelo Conselho de Estado, pelo parlamentarismo timorato, mesmo que assumamos a tendência moderna dos historiadores em tentar reduzir o papel do indivíduo no curso da história, o certo é que ninguém no Brasil concentrou mais poder em suas mãos do que o imperador. “O que cabe dizer – escreve Sérgio Buarque de Holanda – é que ele os utilizou no sentido de moderar, de imobilizar e até de quebrantar as reformas mais importantes para a modernização do país” (Holanda, 2010: 141). Mesmo que cedesse eventualmente a pressões de ministros mais insistentes como forma de resguardar sua aparência, cujo zelo era reconhecido por muitos, no Brasil e no exterior, de rei constitucional, o poder imperial funcionou como catalisador de resistências surdas às mudanças políticas e econômicas que se faziam necessárias e não a salvaguarda de uma “estabilidade estéril e mentirosa” (Holanda, 2010: 141-142), cuja consequência era a descontinuidade administrativa na corte e nas províncias.⁷

Registre-se que nada tenho de pessoal contra algum monarca em particular, muito menos em relação ao quase colega de profissão Pedro II, que pelo menos era um leitor compulsivo. Em que pese algumas de suas amizades, francamente, não me agradarem, especialmente o conde de Gobineau, sua seriedade estéril e sua letargia “republicana” me incomodam. Mas minhas inquietações não passam de insatisfações secundárias. O que me interessa entender realmente é: como explicar um sistema político no qual a vontade individual ou o voluntarismo pseudofilosófico podem ter força de lei que atravessa décadas? E qual o legado dessa história, hoje?

Minha hipótese é a de que uma das fortes razões para lermos e conhecermos a história da nação, ou essa história consolidada no século XIX, é sua importância para o que não fizemos, para o que não realizamos, para seus descaminhos e para a vida que se esvaiu de lá até aqui. Finalmente, onde foi parar a *historia magistra vitae*, aqui pensada no molde de Marcelo de Mello Rangel e Valdeci Lopes de Araújo, isto é, como “uma metonímia de uma forma própria de experimentar os eventos históricos que amadureceu ao longo de séculos da história ocidental, que passou por diferentes formatos e modelos, mas que apontava sempre para elementos relativamente estáveis no plano experiencial” (Araújo e Rangel, 2015: 318-332)?

DA HISTORIA MAGISTRA VITAE À VITA MAGISTRA HISTORIAE

Em uma linha descontínua do tempo do progresso no século XIX, que avança aos séculos XX e XXI, reativam-se críticas à utilidade da história (Nietzsche, 2005), à sua capacidade de ser transmitida (Benjamin, 1994) e mesmo ao seu poder inebriante e entorpecedor (Valéry, 1945 e 1991). Mais recentemente, e sem a intenção de situá-lo nesse espectro da descontinuidade crítica ou neopirronista

7 A título de exemplos: “nos 67 em que durou a monarquia no Brasil, muitas províncias chegaram a ter mais de uma centena de administrações, e há caso, o de MG, em que foi a mais de 130 o seu número” (Holanda, 2010: 69).

da história, os trabalhos de Hans Ulrich Gumbrecht, no rastro hegeliano, trazem estimulantes interrogações sobre a capacidade da *historia magistra vitae* e da historiografia contemporânea ensinarem ou, invertendo-se a questão, de se aprender com a história: “ninguém mais confia no conhecimento histórico para situações práticas. Nos derradeiros anos do século XX, as pessoas já não consideram a História uma base sólida para decisões cotidianas” (Gumbrecht, 1999: 459-485). O fato de os historiadores serem lidos significa que se aprende com a história (Gumbrecht, 2011: 25-42)? A busca por uma experiência efetiva do passado, a produção de uma presença, seriam alternativas suficientes à falência da *historia magistra vitae* (Gumbrecht, 2010)? Não há ainda uma resposta satisfatória à pergunta. Minha pesquisa atual – *Historia magistra vitae. Ensaio sobre uma crença* – tem por objetivo buscar a compreensão tanto da pergunta como das possíveis respostas e suas consequências práticas à vida em sociedade.

Essa última questão – sobre a relação entre história e o viver – foi inspirada na *II Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da História para a vida*, escrita por Nietzsche em 1874. Inspiração, não submissão teórica. Enquanto o filósofo empenha-se, em resumo, em aplicar o conceito de vida, em sentido quase aristotélico, como superposto ao conceito de história, ou seja, de forma a ressaltar antes as ações repetitivas do que a linearidade ou diacronia da evolução histórica, procuro mapear modos de apreensão da historiografia e seus usos sociais e políticos.⁸

A prudência em relação à obra de Nietzsche provém de que a colocação da história a serviço da vida – *historia ancilla vitae* – em um jogo de espelho com o *topos* de Cícero de que a “história é mestra da vida” – *historia magistra vitae* – talvez não seja suficiente para nos livrar do paradoxo proveniente da própria ambiguidade do conceito moderno de história (Cícero, 2001: *Do orador*, II, 36; Nietzsche, 2005). Isto é, mesmo que tenha aliviado o conceito de história de suas imposições de sentido apriorísticas e não tenha economizado sarcasmos em sua crítica às ideologias que o revestem, lendo-as como embustes portadores de futuras catástrofes, Nietzsche não considerou que ao degradar a historiografia a serva da vida, suas principais interrogações e questionamentos retornam, por uma via inesperada. Ora, o conceito de vida traz tantos problemas como o de história, por exemplo: a questão da finitude e o seu sentido.

Mantido o paradoxo, o conceito nietzschiano de vida é insuficiente para dissolver a ambiguidade da duplicação transcendental da história, a saber: entre a obra e a ação, entre a percepção e o conhecimento. No entanto, parece-me que a grande contribuição de Nietzsche, pelo menos para as pretensões desta pesquisa, foi a de ter resguardado, de modo epistemologicamente fundamentado, um espaço para ações e práticas plurais cuja análise depende da nossa capacidade de prescindir das imposições e instituições de sentido, o que recon-

⁸ Sigo aqui, parcialmente, a argumentação de Reinhart Koselleck sobre o sentido e o não-sentido na história (Koselleck, 2013: 117-118).

duz estas inquietações às análises de Certeau sobre a historiografia e as práticas cotidianas (Certeau, 1980 e 1990).

É evidente que isso não significa que possamos viver sem sentido (embora sob certos aspectos possamos), mas que as fundamentações de nossa vida ordinária, provenham elas da religião, de uma metafísica embrenhada em concepções rotineiras, ou do mundo da política, o que parece evidente é que o discurso histórico está sujeito a deformações que nenhuma filosofia da história pode deter. No nosso campo, a pesquisa de caráter empírico pode ser um bom exemplo de que todo gesto de instituição de sentido é parcial e *ex post*. Segue-se que o sentido histórico de um pode não ser o mesmo para outro, sem que tal consideração inviabilize interações convergentes e comuns. A antropologia da temporalidade e das formas de história, respectivamente, de Johannes Fabian e de Marshall Sahlins são reflexões apropriadas que vão ao encontro de minhas preocupações teóricas (Fabian, 1983; Sahlins, 1997). Com efeito, a história se constitui por uma multiplicidade de sentidos (tempos e espaços). De certo modo, a inversão radical da fórmula ciceroniana proposta por Fernando Catroga parece-me oportuna aqui: “a vida é mestra da história” (*vita magistra historiae*) (Catroga, 2011: 110).

HIPÓTESES

Duas hipóteses servem de premissas a este ensaio e à pesquisa como um todo. A hipótese geral é de caráter existencial e pode ser formulada, no caminho aberto por Koselleck, do seguinte modo: perguntemo-nos por aquilo que é característico de *todos* os seres humanos, aquilo que é característico de *alguns* seres humanos, ou aquilo que é característico de *apenas* um ser humano. A diacronia se gradua, assim, em forma estratificada e através do solapamento que habilita classificações diversas, transversais às periodizações convencionais. Dessa maneira, podemos também pluralizar as épocas em função das proporções de amálgama entre repetição e unidade, a qual nos livra dessa periodização que já nos diz pouco ou nada, como as denominações *História antiga*, *História medieval* ou *História moderna*. Pois o antigo, o medieval e o moderno não são algo que possa ser deduzido com base nessas denominações. Do mesmo modo, a condição presentista absorve ou reflete formas do tempo e os converte em evidência, constituindo crenças na história.⁹

Em troca, as proporções de amálgama, se bem pensadas de antemão de maneira formal, oferecem determinações provenientes de certos conteúdos e permitem despachar aquele tradicional trio de épocas que organiza nossos livros de texto eurocêtricos e a estrutura de nossas cátedras. Seriam abertas, desse modo, perspectivas etnológicas que abarcam desde os tempos anteriores

⁹ Para pensar as diferentes formas de crenças, inclusive aquela na história, sirvo-me, livremente, dos ensinamentos de Michel de Certeau (1975; 1978; 1982; 1987a; 1987b).

à escrita até nossas assim chamadas “culturas avançadas” ou ao nosso presente; e se requereriam comparações *intra* e intercontinentais que poderiam dar conta dos processos de etnogênese, bem como das migrações, as misturas e as fusões das distintas culturas e unidades de ação, para chegar finalmente aos desafios econômicos, ecológicos e religiosos do nosso tempo que abarca a totalidade do globo ou, em outras palavras, aquelas fissuras e deslocamentos que exigem sem exceção alternativas políticas, entre as quais a manutenção ou rejeição da história como mestra da vida (Koselleck, 2013: 130-131).

A hipótese específica deste estudo pode ser formulada nos seguintes termos: as ondas de recepção da história como *historia magistra vitae* desde o mundo antigo ao século XXI obedecem a princípios de apreensão marcados pelo tempo presente do historiador. Porém, minha suposição é a de que o século XIX, seja como ciência, seja como saber disciplinar, foi o ponto fulcral, no qual a historiografia marcada pela *historia magistra vitae* oscilou entre o quase desaparecimento e invisibilidade e sua ressurgência paradoxal em outros termos: como crença e discurso gêmeo à descontinuidade histórica. Daí sua força e fraqueza. Força pois ainda hoje é uma crença com potencial mobilizador. Fraqueza pois a crença esgota-se nas paredes do presentismo ou talvez do “atualismo” (Hartog, 2013; Munslow, 2010; Araújo e Pereira, 2016).

A NAÇÃO HOJE E ONTEM

Verificar como a historiografia produzida desde o Oitocentos é recebida, captada, em nossa conjuntura historiográfica, implica atentar nos problemas gerados por estes movimentos intelectuais enunciados, introdutoriamente, até aqui. Ou seja, de um modo ou de outro, tanto a sociedade como a comunidade historiadora defronta-se cotidianamente com as consequências destas reflexões sobre a *historia magistra vitae* que vêm gerando formas de pensar a história em nosso país, bem como no exterior, inéditas, não apenas passivas, mas também ativas. Atualmente, a superposição de regimes de historicidade, sua quase identidade com o *presentismo* contemporâneo, reflete diferentes configurações intelectuais: social e politicamente mais opacas e imprevisíveis; cultural e linguisticamente mais alegóricas e instáveis. Passar do “estranhamento do que ocorre” hoje, como diria Michel de Certeau, à sua compreensão é, finalmente, o desafio sobre o qual proponho me aventurar. (Certeau, 1975: 62)

Um exemplo inicial de como abordar essa pressuposição sob o ponto de vista da nação é o seguinte: considerando que a historiografia do século XIX caracteriza-se, em sua perspectiva mais geral, como a história da nação, pergunto: como essa categoria subjetiva da consciência foi e é instrumentalizada desde sua gênese? Tanto no Brasil quanto alhures, como essa historiografia militante sobre a nação e

a nacionalidade são percebidas, usadas, manipuladas hoje? Como ela é vivida?

Impõe-se aqui consideramos uma companheira milenar da história: a memória. Sustento a ideia de que vivemos uma espécie de *era da memória*, que se impôs pelos quatro cantos do mundo, inclusive, obviamente, no Brasil. Se antes cabia à História (com maiúsculo), com base em sua autoridade e tradição, explicar, julgar e condenar, hoje, à memória está reservado um lugar equivalente. Ela está autorizada a *falar* pela história, posto que se converteu em *direito* e *dever*. Direito à memória e dever de memória são expressões que evocam o passado e fazem-no ressurgir no presente, quase como uma sinonímia deformada da *historia magistra vitae*. Esse ressurgimento ocorre não apenas ou necessariamente pela mão dos historiadores, que se veem ameaçados em seus domínios por uma plêiade de outros profissionais, também eles atingidos pela onda memorial: cientistas políticos, antropólogos, sociólogos, economistas, demógrafos, jornalistas, *designers*, marqueteiros, *blogueiros* etc. invadem a cena pública e retiram dos historiadores o monopólio sobre o passado, que eles sempre tiveram, e do presente, que eles buscavam, timidamente, incorporar a seus domínios.

Quanto à nação como problema político e historiográfico, boa parte dos temas levantados, documentados e tratados pelo século XIX foram desenvolvidos tanto em trabalhos que se tornaram clássicos como, principalmente, pela historiografia acadêmica que chega a um ponto de esmiuçar o detalhe. Não há, praticamente, tema proposto no XIX que não tenha sido, de uma forma ou de outra, de modo mais ou menos profundo, reinterpretado posteriormente. A reescrita da história é uma forma de inovação, mas, regra silenciosa do nosso lugar de produção intelectual, é também uma das maneiras mais eficazes de transmissão memorial da tradição disciplinar, bem como de silenciamentos temáticos e de censuras epistemológicas (Certeau, 1975: 40-62, 65-79).

Assim, se a finitude da experiência humana remete, como assinalava Heidegger, à sua temporalidade e essa às valências históricas de cada situação (Heidegger, 2006), então como pensar nossa contemporaneidade, na qual o passado na mesma medida em que é investigado é esquecido como experiência, o presente é imobilizado em si mesmo como se resguardasse ou afastasse a história da ideia de presença e o futuro encontra-se destituído de imagens e cores? Em resumo, qual o espaço, neste contexto, para a crença na *historia magistra vitae*?

Parece chegado o momento de nos perguntarmos, mais uma vez e de modo menos poético, o que aconteceu com a história da nação brasileira, ou: que país é este? Como sua formação histórica, as obras monumentais como a de Robert Southey, ou a de Armitage, a de Beauchamp e a de Abreu Lima e a de Varnhagen no século XIX, a revista do IHGB, os fremidos teóricos da

arrogante geração de 1870, as sínteses de Capistrano de Abreu, a imersão profunda de Euclides da Cunha, a geração perdida dos anos 20, aquela à margem da história, as famosas interpretações sobre o Brasil, sobre o que era e poderia ser, de Gilberto Freyre (a mais fundamentada em dados empíricos), Sérgio Buarque de Holanda e de Cairo Prado Júnior, que entram no campo da especulação e da crença historiográfica, entre tantas outras obras, que construíram não apenas um sentido para a colonização, senão um sentido para a própria história do Brasil, enfim, como sua formação histórica é vivida hoje? Ou seja, como se vive a nação no presente?

Essa longa cadeia historiográfica glosada, anotada e interpretada por estudos recentes impossíveis de serem todos mencionados e analisados aqui¹⁰, mas que demonstram que a nação como problema historiográfico e plano político ecoa do século XIX (se não antes) ao XXI, entre golpes, ditaduras e projetos democráticos, oscilação – suas utilidades e seus inconvenientes – que ora serve-se da história como promessa e realização, ora a converte em etapa a ser superada, ora em anistia e esquecimento. Logo, se a história não é mais mestra, não é mais serva, e parece regida por princípios memoriais, então não seria oportuno estudos que se preocupem com as diferentes formas da experiência historiográfica atingir a vida e a vida atingir a experiência historiográfica?

10 Para uma aproximação, ver o artigo de Pereira, Santos e Nicodemo (2015).

CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Não estou convencido de que a história se repita, mas não tenho convicção de que os historiadores não se repitam. Contudo, a experiência golpista pela qual passamos hoje, 2017-2018, não estaria apta a despertar a história de seu sono dogmático? A história como tribunal, como valor nacional e como expectativa de redenção foi recentemente reativada no debate público. E com certeza não foi um Hume brasileiro que acordou um Kant brasileiro. Uma “inquietante familiaridade”, como diria Certeau, se reinstala (Certeau, 1987b: 84). A história parece ter retornado. Porém, menos pesquisada e mais retórica. Menos *historia magistra vitae* e mais justiceira. Menos teórica e mais experiência. Menos falsificável e mais manipulável. Finalmente, menos história e mais memória.

Temístocles Cezar é professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, *directeur d'études invité* na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e bolsista do CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei Lopes de

2008 *A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Editora Hucitec.

2015 “Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56: 365-400.

ARAUJO, Valdei e CEZAR, Temístocles

2018 “The Forms of History in the Nineteenth Century: The Regimes of Autonomy in Brazilian Historiography”. *Historiein*, v. 17, n. 1. Disponível em: <https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/historiein/article/view/8812>.

ARAUJO, Valdei Lopes de e PEREIRA, Mateus H. F.

2016 “Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital”. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2: 270-297.

ARAUJO, Valdei Lopes de e RANGEL, Marcelo de Mello

2015 “Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”. *História da Historiografia*, Ouro Preto, 17: 318-332.

ARENDETT, Hannah

2007 *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva.

BENJAMIN, Walter

1994 *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense.

CALAME, Claude e CHARTIER, Roger

2004 *Identités d'auteur dans l'antiquité et la tradition européenne*. Grenoble, Jérôme Millon.

CALMON, Pedro

1975 *História de D. Pedro II. T. 2. Cultura et política, paz e guerra (1853-1870)*. Rio de Janeiro, José Olympio.

CARVALHO, José Murilo de

2007 *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras.

CATROGA, Fernando

2011 *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Coimbra, Edições Almedina.

CERTEAU, Michel de

1974 “L’Opération historique”. In LE GOFF, J. e NORA, P. (orgs.). *Faire l’histoire*, I. Paris, Gallimard, pp. 3-41.

1975 *L’Écriture de l’histoire*. Paris, Gallimard.

1978 *La Possession de Loudun*. Paris, Julliard.

1980 *La Culture au pluriel*. Paris, Christian Bourgois Éditeur.

1982 *La Fable mystique: XVIe et XVIIe siècle*. Paris, Gallimard.

1987a *La Faiblesse de croire*. Paris, Seuil.

1987b *Histoire et psychanalyse entre science et fiction*. Paris, Gallimard.

1990 *L’Invention du quotidien. I. Arts de faire*. Paris, Gallimard.

CEZAR, Temístocles

2011 “Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos”. In BASTOS, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONÇALVES, M.; GONTIJO, R.; GUIMARÃES, L. P. (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora FGV, pp. 93-124.

CÍCERO

2001 “Do orador, II”. In HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001, pp. 145-153.

CLIFFORD, James

2002 *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.

FABIAN, Johannes

1983 *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*. New York, Columbia University Press.

GUMBRECHT, Hans Ulrich

1999 *Em 1926. Vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro, Record.

2010 *Produção de presença. O que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro, Ed. da PUC-Rio/Contraponto.

- 2011 “Depois de ‘Depois de aprender com a história’, o que fazer com o passado agora?”. In ARAUJO, V.L. de; MOLLO, H.M.; e NICOLAZZI, F. (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro, FGV, pp. 25-42.

HARTOG, François

- 2003 *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris, Seuil.
2004 “Temps du monde, histoire, écriture de l’histoire”. *L’Inactuel*, 12: 93-102.
2013 *Croire en l’histoire*. Paris, Flammarion.

HEIDEGGER, Martin

- 2006 *Ser e tempo*. Petrópolis, Vozes.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

- 2010 *Capítulos de história do Império*. São Paulo, Companhia das Letras.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G.

- 2000 “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta (1500-2000). A experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo, Editora Senac.

KANTOR, Iris

- 2004 *Esquecidos e renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo, Hucitec.

KOJÈVE, Alexandre

- 2004 *La Notion de l’autorité*. Paris, Gallimard.

KOSELLECK, Reinhart

- 1990 *Le Futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris, Éditions de l’EHESS.

- 2013 *Sentido e repetición en la historia*. Buenos Aires, Hydra.

LECLERC, Gérard

- 1996 *Histoire de l’autorité. L’Assignment des énoncés culturels et la généalogie de croyance*. Paris, PUF.

LENCLUD, Gérard

- 1994 “Qu'est ce que la tradition?”. In DETIENNE, Marcel. (org.) *Transcrire les mythologies*. Paris, Albin Michel, pp. 25-44.
- 2013 *L'Universalisme ou le pari de la raison. Anthropologie, histoire, psychologie*. Paris, EHESS/Galimard/Seuil.

LYRA, Heitor

- 1977 *História de Dom Pedro II. Fastígio (1870-1890)*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp.

MARINCOLA, John

- 1997 *Authority and tradition in Ancient Historiography*. Cambridge, Cambridge University Press.

MATTOS, Ilmar Rohloff

- 2004 *O tempo Saquarema. A formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec.

MENDEL, Gérard

- 2003 *Une Histoire de l'autorité. Permanences et variations*. Paris, La Découverte.

MUNSLOW, Alun

- 2010 *The Future of History*. Londres, Palgrave Macmillan.

NIETZSCHE, Friedrich

- 2005 “Segunda consideração intempestiva. Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida”. *Escritos sobre a história*. Rio de Janeiro, Loyola/PUC-RJ.

PALTI, Elias

- 2002 *La nación como problema. Los historiadores y la “cuestión nacional”*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

PAYEN, Pascal

- 2007 “Les Anciens en figures d'autorité”. In FOUCAULT, D. e PAYEN, P. (orgs.). *Les Autorités. Dynamiques et mutations d'une figure de référence à l'Antiquité*. Grenoble, Jérôme Millon, pp. 7-22.

PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; e NICODEMO, Thiago Lima
2015 “Brazilian Historical Writing in Global Perspective: On the Emergence
of the Concept of ‘Historiography’”. *History and Theory*, 54: 84-104.

PIMENTA, João Paulo
2015 *A independência do Brasil e a experiência hispano-
americana (1808-1822)*. São Paulo, Hucitec.

REVEAULT d'ALLONES, Myriam
2006 *Le Pouvoir des commencements. Essai sur l'autorité*. Paris, Seuil.

RICŒUR, Paul
1985 *Temps et récit. III. Le Temps raconté*. Paris, Seuil.

RODRIGUES, José Honório
1969 *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo, CEN.

SAHLINS, Marshall
1997 *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

SCHWARCZ, Lilian Moritz
1998 *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos
trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.

SENNETT, Richard
1993 *Authority*. Nova York, Norton.

SOUSA, Octávio Tarquínio
1944 *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo, Martins.

VALÉRY, Paul
1945 *Regards sur le monde actuel*. Paris, Gallimard.
1991 *Variedades*. São Paulo, Iluminuras.

WHITE, Hayden
1973 *The Greco-Roman Tradition*. Nova York, Harper & Row.

Recebido em 7 de dezembro de 2017. Aceito em 16 de junho de 2018.